



**Centro de bem-estar
social de Coz**

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2014

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxo de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação.....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	18
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	18
7. Inventários	19
8. Rédito.....	20
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
10. Benefícios dos empregados.....	20
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
12. Outras Informações	21
12.1. Investimentos financeiros.....	21
Os investimentos financeiros, no final dos períodos em análise, foram os constantes do quadro seguinte:	21
12.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	22
12.3. Clientes e Utentes.....	22
12.4. Outras contas a receber.....	23
12.5. Diferimentos	23
12.6. Outros ativos financeiros.....	23
12.7. Caixa e Depósitos Bancários	24
12.8. Fundos Patrimoniais	24
12.9. Fornecedores.....	24
12.10. Estado e Outros Entes Públicos	24
12.11. Outras Contas a Pagar	25

12.12. Fornecimentos e serviços externos	25
12.13. Outros rendimentos e ganhos	26
12.14. Outros gastos e perdas	26
12.15. Resultados Financeiros	27
12.16. Acontecimentos após data de Balanço	27

Balanço

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		334 232,13	345 668,04
Bens do património histórico e cultural		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		56,28	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		334 288,41	345 668,04
Ativo corrente			
Inventários		739,63	295,63
Clientes		8 868,29	6 904,39
Adiantamentos a fornecedores		1 500,00	1 500,00
Estado e outros Entes Públicos		-	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		16 453,00	13 372,00
Outras contas a receber		15 359,82	10 510,00
Diferimentos		-	-
Outros Ativos financeiros		500,00	500,00
Caixa e depósitos bancários		10 457,69	2 181,96
Subtotal		53 878,43	35 263,98
Total do Ativo		388 166,84	380 932,02
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		23 965,56	23 965,56
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados		2 183,65	5 788,57
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais		141 165,54	147 477,97
Resultado Líquido do período		40,35	(3 481,06)
Total do fundo do capital		167 355,10	173 751,04
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos		140 884,64	145 231,89
Outras contas a pagar			
Subtotal		140 884,64	145 231,89
Passivo corrente			
Fornecedores		15 214,80	11 045,97
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros Entes Públicos		3 338,61	3 293,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		28,00	5,00
Financiamentos obtidos		9 716,66	4 791,06
Diferimentos		4 282,80	2 628,12
Outras contas a pagar		47 346,23	40 185,30
Outros passivos financeiros		-	-
Subtotal		79 927,10	61 949,09
Total do passivo		220 811,74	207 180,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		388 166,84	380 932,02

COZ, 2 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		154 264,07	158 804,29
Subsídios, doações e legados à exploração		109 606,22	103 707,92
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(51 054,88)	(50 043,75)
Fornecimentos e serviços externos		(47 893,68)	(36 647,99)
Gastos com o pessoal		(154 381,15)	(158 923,88)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos		16 372,02	14 740,27
Outros gastos e perdas		(718,13)	(6 050,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26 194,47	25 586,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(16 483,83)	(18 987,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 710,64	6 598,73
Juros e rendimentos similares obtidos		12,67	6,88
Juros e gastos similares suportados		(9 682,96)	(10 086,67)
Resultados antes de impostos		40,35	(3 481,06)
Imposto sobre o rendimento do período			-
Resultado líquido do período		40,35	(3 481,06)

COZ, 2 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Funções

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Convívio	Fornecimento de Alimentação	Outras actividades	Coz Village Festival	PERÍODOS	
							2014	2013
Vendas e serviços prestados		127 958,80	5 663,38	18 439,13	2 202,76	0,00	154 264,07	158 804,29
Custo das vendas e dos serviços prestados		-37 051,40	-3 629,18	-8 297,82	-1 177,42	-899,06	-51 054,88	-50 043,75
Resultado bruto		90 907,40	2 034,20	10 141,31	1 025,34	-899,06	103 209,19	108 760,54
Outros rendimentos		85 926,24	33 276,08	5 904,65	825,22	46,05	125 978,24	118 448,19
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gastos administrativos		-149 869,40	-49 359,66	-15 906,67	-1 937,40	-1 685,53	-218 758,66	-214 559,76
Gastos de investigação e desenvolvimento							0,00	
Outros gastos		-506,17	-44,98	-148,73	-18,25	0,00	-718,13	-6 050,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 458,07	-14 094,36	-9,44	-105,09	-2 538,54	9 710,64	6 598,73
Gastos de financiamento (líquidos)		-6 977,75	-598,71	-1 852,38	-241,45	0,00	-9 670,29	-10 079,79
Resultados antes de impostos		19 480,32	-14 693,07	-1 861,82	-346,54	-2 538,54	40,35	-3 481,06
Imposto sobre o rendimento do período								0,00
Resultado líquido do período		19 480,32	-14 693,07	-1 861,82	-346,54	-2 538,54	40,35	-3 481,06

COZ, 2 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2013

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	23 965,56			(544,35)			152 290,40	10 257,87	185 969,48		185 969,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-	-		-
Alterações de políticas contabilísticas									-	-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-	-		-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-	-		-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-	-		-
Ajustamentos por impostos diferidos									-	-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									-	-		-
	2	-	-	-	-	-	-	152 290,40	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(3 481,06)	(3 481,06)		(3 481,06)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(3 481,06)	(3 481,06)	-	(3 481,06)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados					6 332,92			(4 812,43)	(10 257,87)	(8 737,38)		(8 737,38)
Outras operações												
	5	-	-	-	6 332,92	-	-	(4 812,43)	(10 257,87)	(8 737,38)	-	(8 737,38)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2013	6=1+2+3+4	23 965,56	-	-	5 788,57	-	-	147 477,97	(3 481,06)	173 751,04	-	173 751,04

COZ, 2 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2014

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	23 965,56	-	-	5 788,57	-	-	147 477,97	(3 481,06)	173 751,04	-	173 751,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-		-
Alterações de políticas contabilísticas										-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-		-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-		-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-		-
Ajustamentos por impostos diferidos										-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										-		-
	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								40,35	40,35		40,35
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								40,35	40,35	-	40,35
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações					(3 481,06)			(6 312,43)	3 481,06	(6 312,43)		(6 312,43)
	10	-	-	-	(3 481,06)	-	-	(6 312,43)	3 481,06	(6 312,43)	-	(6 312,43)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2014	6+7+8+10	23 965,56	-	-	2 307,51	-	-	141 165,54	40,35	167 478,96	-	167 478,96

COZ, 2 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

Demonstração dos Fluxo de Caixa

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE COZ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		150 645,49	160 557,57
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(95 311,09)	(90 853,68)
Pagamentos ao pessoal		(157 228,77)	(155 200,49)
Caixa gerada pelas operações		(101 894,37)	(85 496,60)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		124 378,91	107 487,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		22 484,54	21 990,99
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(5 047,92)	(2 938,75)
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>		(56,28)	
<i>Outros Ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Outros Ativos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(5 104,20)	(2 938,75)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		6 047,92	279,00
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(5 469,57)	(12 658,77)
<i>Juros e gastos similares</i>		(9 682,96)	(10 081,39)
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções do fundo</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(9 104,61)	(22 461,16)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		8 275,73	(3 408,92)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 181,96	2 181,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10 457,69	(1 226,96)

COZ, 2 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro de Bem Estar Social da Freguesia de Coz é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de solidariedade Social (IPSS), com estatutos publicados no Diário da República n.º 71, de 26/03/1991, III Série, registada no livro n.º 4, a fl. 161, das IPSS, com a inscrição n.º 9/91, considerando-se efetuado em 22 de outubro de 1990, com sede em Ruas das Barrias, n.º 65, 2460-396 Coz, freguesia de Coz e concelho de Alcobaça. Tem como atividades o Serviço de Apoio Domiciliário, com protocolo estabelecido com o Instituto da Segurança Social (ISS), prestando assistência a cerca de 30 utentes, o Centro de Dia, que funciona ainda sem o acordo com o ISS e o fornecimento de alimentação a alunos das escolas da freguesia, através de celebração de protocolo com a Câmara Municipal de Alcobaça, para a prestação deste serviço.

Estas atividades, são exercidas para que a instituição possa prosseguir os seus objetivos, que se podem resumir na boa prestação de apoios sociais à população da freguesia, nomeadamente a mais carenciada.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade entre Demonstrações Financeiras.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas

“Devedores e credores por acréscimos” (Nota 12 – 12.3 e 12.9) e “Diferimentos” (Nota 12 – 12.4).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 e 50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4, 5 e 3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e que se

encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, também do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates/Ref orço	Transferências /Desreconheci mento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	56 523,78	-	-	-	-	56 523,78
Edifícios e outras construções	318 005,11	-	-	-	-	318 005,11
Equipamento básico	19 551,02	279,00	-	-	-	19 830,02
Equipamento de transporte	42 609,32	-	-	-	-	42 609,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	22 552,14	-	-	-	-	22 552,14
Outros Ativos fixos tangíveis	40 022,13	-	-	-	-	40 022,13
Total	499 263,50	279,00	-	-	-	499 542,50
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	44 977,00	-	6 360,10	-	-	51 337,10
Equipamento básico	8 017,84	-	3 084,37	-	-	11 102,21
Equipamento de transporte	23 653,74	-	7 971,86	-	-	31 625,60
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	18 686,95	-	1 284,34	-	-	19 971,29
Outros Ativos fixos tangíveis	39 551,04	-	287,22	-	-	39 838,26
Total	134 886,57	-	18 987,89	-	-	153 874,46

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências /Desreconheci mento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	56 523,78	-	-	-	-	56 523,78
Edifícios e outras construções	318 005,11	-	-	-	-	318 005,11
Equipamento básico	19 830,02	5 047,92	-	-	-	24 877,94
Equipamento de transporte	42 609,32	-	-	-	-	42 609,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	22 552,14	-	-	-	-	22 552,14
Outros Ativos fixos tangíveis	40 022,13	-	-	-	-	40 022,13
Total	499 542,50	5 047,92	-	-	-	504 590,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	51 337,10	-	6 360,10	-	-	57 697,20
Equipamento básico	11 102,21	-	3 336,85	-	-	14 439,06
Equipamento de transporte	31 625,60	-	5 491,86	-	-	37 117,46
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	19 971,29	-	1 111,15	-	-	21 082,44
Outros Ativos fixos tangíveis	39 838,26	-	183,87	-	-	40 022,13
Total	153 874,46	-	16 483,83	-	-	170 358,29

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	4 400,00	140 884,64	145 284,64	4 470,53	145 231,89	149 702,42
Locações Financeiras	4 316,66	-	4 316,66	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	1 000,00	-	1 000,00	320,53	-	320,53
Total	9 716,66	140 884,64	150 601,30	4 791,06	145 231,89	150 022,95

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Empréstimos Bancários

Descrição	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	4 400,00	9 600,00	14 000,00	4 791,06	9 647,37	14 438,43
De um a cinco anos	17 600,00	38 400,00	56 000,00	16 600,00	38 589,48	55 189,48
Mais de cinco anos	123 284,64	-	123 284,64	128 311,36	-	128 311,36
Total	145 284,64	48 000,00	193 284,64	149 702,42	48 236,85	197 939,27

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	372,59	49 966,79	-	295,63	51 498,88	-	739,63
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	372,59	49 966,79	-	295,63	51 498,88	-	739,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				50 043,75			51 054,88
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se referem na totalidade a matérias-primas.

8. Rédito

Para os períodos de 2013 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	5 883,90	6 210,30
Prestação de Serviços	148 380,17	152 593,99
Quotas dos utilizadores	122 702,50	122 775,02
Quotas e Jóias	6 692,00	6 513,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outras	18 985,67	23 305,97
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	154 264,07	158 804,29

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2013 e de 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	109 606,22	103 707,92
Centro Regional de Segurança Social	90 448,87	89 666,64
Município	3 000,00	-
Instituto de Emprego e Formação Profissional	16 157,35	14 041,28
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	109 606,22	103 707,92

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2013 e 2014, foram 11.

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2013 foi de 18 e em 31/12/2014 foi de 16.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	127 179,50	131 306,72
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	25 835,10	25 268,11
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	855,55	1 562,61
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	511,00	786,44
Total	154 381,15	158 923,88

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, no final dos períodos em análise, foram os constantes do quadro seguinte:

Descrição	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Investimentos Financeiros	56,28	-
Fundo compensação do trabalho	56,28	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	56,28	-

12.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2013 e de 2014, estas rubricas, apresentavam os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	16 453,00	13 372,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	16 453,00	13 372,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Quotas	28,00	5,00
...	-	-
...	-	-
Total	28,00	5,00

12.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2013 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c	8 868,29	6 904,39
Clientes	6 653,50	4 198,46
Utentes	2 214,79	2 705,93
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	8 868,29	6 904,39

12.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	15 359,82	10 510,00
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	15 359,82	10 510,00

12.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-
Rendimentos a reconhecer		
Apoios do IEFP	4 282,80	2 628,12
...	-	-
...	-	-
Total	4 282,80	2 628,12

12.6. Outros ativos financeiros

A rubrica de “*Outros ativos financeiros*”, em 31 de dezembro de 2013 e de 2014, apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014	2013
Caixa Agrícola	500,00	500,00
	-	-
	-	-
...	-	-
Total	500,00	500,00

12.7. Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2013 e de 2014, encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Caixa	742,97	155,58
Depósitos à ordem	9 714,72	2 026,38
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	10 457,69	2 181,96

12.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Fundos	23 965,56	-	-	23 965,56
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	5 788,57	-	(3 604,92)	2 183,65
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	147 477,97	-	(6 312,43)	141 165,54
Resultados líquidos	(3 481,06)	40,35	3 481,06	40,35

12.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	15 214,80	11 045,97
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	15 214,80	11 045,97

12.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	403,50	367,00
Segurança Social	2 935,11	2 926,64
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	3 338,61	3 293,64

12.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	14 414,60	-	3 723,39
Remunerações a pagar	-	14 414,60	-	3 723,39
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	32 931,63	-	36 461,91
Outros credores	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	-	47 346,23	-	40 185,30

12.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014 foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	16 901,11	10 569,39
Materiais	4 610,64	2 083,37
Energia e fluidos	15 256,73	15 275,05
Deslocações, estadas e transportes	117,00	56,05
Serviços diversos (*)	11 008,20	8 664,13
Limpeza, higiene e conforto	4 509,46	2 936,15
Seguros	2 988,74	2 261,81
comunicação	2 171,80	2 611,25
Total	47 893,68	36 647,99

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.13. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida como segue:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	4,58	29,87
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	451,08	-
Outros rendimentos e ganhos	15 916,36	14 710,40
Total	16 372,02	14 740,27

12.14. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	331,02	338,87
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	49,94	1 086,00
Outros Gastos e Perdas	337,17	4 625,37
Total	718,13	6 050,24

12.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2013 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	9 681,96	10 086,17
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	1,00	0,50
Total	9 682,96	10 086,67
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	12,67	6,88
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	12,67	6,88
Resultados financeiros	(9 670,29)	(10 079,79)

12.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 serão apreciadas e votadas em Assembleia Geral a ocorrer em vinte e oito de março de 2015.

Coz, dois de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

A Direção